



Pauta de março tem reindexação de dívidas e lei antiterrorismo

Senado começa a definir temas polêmicos este mês; redução dos encargos das dívidas dos estados e municípios deve ir a Plenário em 27 de março

A pauta de votações do Senado para o semestre, definida pelo presidente Renan Calheiros, líderes partidários e presidentes de comissões permanentes, traz temas que estão em discussão desde o fim do ano passado.

A proposta de mudança no indexador da dívida de estados e municípios pode ter o relatório votado na CCJ no dia 12 e chegar ao Plenário no dia 27. Já o texto que tipifica o crime de terrorismo aguarda novo relatório que facilite o acordo para a votação. **2**



Moreira Mattiz/Agência Senado

Lideranças partidárias e presidentes de comissões relacionaram projetos prioritários para serem votados em 2014

Projeto prevê dedução no IR de investimento em start-ups **4**

Senado participa de fórum sobre atuação de ouvidorias **3**

Genaldino Mangelar/Agência Senado



Eleitores vão às urnas no Distrito Federal: um dos objetivos das iniciativas é diminuir custos das campanhas eleitorais

Comissão analisa duas propostas para unificar as eleições nacionais e municipais

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania retoma em breve a análise das propostas de emenda à Constituição (PECs) que unificam as eleições nacionais e municipais. São elas a 32/2011, de autoria de Antonio Carlos Valadares, que

determina a mudança a partir de 2018, e a 71/2012, de Romero Jucá, que sugere o ano de 2022. Na semana passada, a comissão aprovou a PEC 48/2012, de Ana Amélia, que impõe ao candidato à reeleição o afastamento do cargo. **3**

Especialistas debaterão infraestrutura nos dias 27 e 28 **3**

Cristovam sugere plebiscito sobre federalização da educação básica **4**

ACONTECEU NO SENADO

Fechar escola rural, indígena e quilombola fica mais difícil

Senadores aprovaram projeto que dificulta o fechamento de escolas rurais, indígenas e qui-

lombolas. O texto seguiu à sanção presidencial. Semana também foi marcada por homenagens. **4**



Blogspot/professorvaldir

Novos critérios devem preservar escolas, que atendem 151 mil alunos



TV Senado agora em São Luís

Canal 51.1

Política e cidadania em tempo real. É o Senado Federal mais perto do maranhense.

Aqui o cidadão sabe o que acontece



Siscom | Comark - Criarte e Marketing | Senado Federal



Líderes partidários e presidentes de comissões temáticas definiram relação de projetos e temas que serão tratados em 2014

Plenário deve votar temas polêmicos ainda este mês

Redução dos encargos das dívidas estaduais e municipais com a União deve ser analisada pela CCJ dia 12. Proposta que tipifica o crime de terrorismo terá novo relatório, considerando tratados internacionais

O Senado deve começar a definir em março temas polêmicos que estão em discussão desde o fim do ano passado, como as dívidas dos estados e municípios, a tipificação penal do terrorismo e do vandalismo e mudanças tributárias. As pautas integram a lista de prioridades para o semestre definidas pelo presidente Renan Calheiros, líderes partidários e presidentes de comissões permanentes.

A matéria mais adiantada é a redução dos encargos das dívidas dos estados e municípios (PLC 99/2013). A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) deve votar o projeto em 12 de março e a expectativa é de que a votação final, em Plenário, ocorra no dia 27 de março, apesar da oposição do governo.

O projeto, de iniciativa do próprio Poder Executivo, prevê a troca do atual indexador das dívidas, o Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna (IGP-DI), pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mais juros anuais de 4%, não podendo o total ultrapassar a taxa Selic.

O relatório de Luiz Henrique (PMDB-SC) mantém alterações feitas na Câmara dos Deputados. Assim, estabelece descontos nos estoques das dívidas, equivalentes à diferença entre o saldo devedor

existente em 1º de janeiro de 2013 e aquele apurado com a aplicação da variação acumulada da taxa Selic desde a assinatura dos contratos.

O parlamentar quer que a proposta não sofra alterações no Senado, para que, se aprovada, possa seguir logo à sanção presidencial, sem a necessidade de um reexame pelos deputados.

Terrorismo

Outro tema que deve mobilizar os senadores após o feriado de Carnaval é o projeto que tipifica o crime de terrorismo. O PLS 499/2013, elaborado por comissão mista do Senado, estava pronto para ser examinado no Plenário, mas saiu de pauta diante de questionamentos quanto à possibilidade de a proposta criminalizar também manifestações populares.

Por acordo entre os parlamentares, foi designado Eunício Oliveira (PMDB-CE) para elaborar um relatório mais consensual, na tentativa de aprovar a proposta, que inicialmente o governo desejava ver em vigor até a Copa do Mundo. O senador afirmou que vai considerar os tratados internacionais assinados pelo governo brasileiro.

— O Brasil é signatário de 9 dos 14 tratados antiterror no mundo. E não há nenhuma lei

no Brasil que puna o crime de terrorismo. Recebemos chefes de Estado do mundo inteiro — explicou.

Também está em discussão projeto que cria um tipo penal específico para o vandalismo (PLS 508/2013), de autoria de Armando Monteiro (PTB-PE), que visa punir os responsáveis por dano ou destruição de imóveis, equipamentos urbanos, veículos e monumentos. A proposta aguarda votação na CCJ.

Medidas provisórias

Pelo menos dois relatórios de medidas provisórias devem ser votados logo após o Carnaval em suas respectivas comissões mistas de análise. A MP 627/2013 traz alterações nas normas contábeis e tributárias vigentes no Brasil. O objetivo do governo é garantir um tratamento tributário isonômico a empresas que têm investimentos fora e dentro do país.

Já a MP 628/2013 autoriza a União a conceder ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) um crédito de R\$ 24 bilhões e determina o encerramento do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo (Funres). A votação da medida provisória na comissão mista está marcada para 13 de março.

Comissões analisaram 66 propostas em fevereiro

Segundo resenha mensal da Secretaria-Geral da Mesa, em fevereiro foram votadas nas comissões permanentes e temporárias do Senado 66 propostas em 37 reuniões, incluindo 12 audiências públicas. Doze votações foram em decisão terminativa, ou seja: seguem direto para a Câmara ou para sanção, sem votação em Plenário, a não ser que haja recurso de pelo menos nove senadores.

Nas audiências públicas, houve debates sobre cotas no

serviço público, altos preços dos veículos automotores, impacto dos apagões na agropecuária e prevenção de acidentes de trabalho. A Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito fez seis reuniões. Outras cinco foram feitas por comissões temporárias mistas. Há 11 medidas provisórias em tramitação na Coordenação de Comissões Mistas (COCM), das quais nove tiveram comissões mistas instaladas.

Paim homenageia aniversário do Rotary Internacional

Antes de comunicar que a sessão plenária da sexta-feira não seria aberta por falta de quórum, Paulo Paim (PT-RS) prestou homenagem ao Rotary Internacional, que



voluntários nas áreas de educação, saúde e combate à fome, além de treinamento profissional, como ressaltou o senador.

comemorou, em 23 de fevereiro, 109 anos de fundação.

Sob o lema “Dar de si antes de pensar em si”, o Rotary, primeiro clube de prestação de serviços do mundo, foi fundado nos Estados Unidos em 1905. Em menos de duas décadas, informou Paim, a instituição contava com clubes nos seis continentes.

O Rotary presta serviços

das maiores e mais respeitáveis organizações não governamentais da humanidade. É um clube de profissionais, que congrega líderes das comunidades em que vivem ou atuam, fomentando um elevado padrão de responsabilidade ética e social. Esses voluntários ajudam a estabelecer a paz e a boa vontade no mundo — disse Paim.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Discursos

Sessões não deliberativas, destinadas a pronunciamentos dos senadores. Hoje e amanhã, às 14h. Na sexta-feira, às 9h.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner
Diretor-geral: Helder Rebouças
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Duas PECs prevendo que eleições gerais, de vereador a presidente da República, sejam realizadas nas mesmas datas, estão na CCJ. Valadares propõe 2018 para a mudança, enquanto Jucá quer 2022

Senadores querem unificar calendário das eleições

O DEBATE SOBRE mudanças nas regras das eleições deverá reaparecer na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A criação de um calendário eleitoral único é previsto na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2011, de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), e na PEC 71/2012, de Romero Jucá (PMDB-RR). A primeira prevê a unificação em 2018, e a segunda, em 2022.

Valadares defendeu a proposta dele na quarta-feira da semana passada, quando a CCJ aprovou a PEC 48/2012, de Ana Amélia (PP-RS), que impõe o afastamento do cargo ao presidente da República, governador e prefeito que decidirem concorrer à reeleição.

A PEC de Valadares estabelece a coincidência de todos os mandatos eletivos: prefeito, vice-prefeito e vereadores; governador, vice-governador, deputados estaduais e distritais; presidente da República, senadores e deputados federais.

O cumprimento dessa meta exige que os mandatos conquistados em 2016 nos Poderes Executivo e Legislativo municipais tenham duração de dois, e não de quatro anos.

“Sempre que se discute o tema da reforma do sistema político e eleitoral brasileiro, a coincidência geral das eleições é lembrada como uma



Valadares diz que iniciativa pode diminuir custo das campanhas



Texto de Jucá recebeu emenda de Luiz Henrique acabando com a reeleição

medida que pode propiciar uma grande contribuição ao propósito de reduzir os custos das campanhas políticas e eleitorais”, afirma Valadares na justificativa da proposta.

As PECs de Valadares e Jucá mantêm a possibilidade de reeleição para presidente, governador e prefeito, assim como a apresentada por Ana Amélia. No caso da proposta da senadora, no entanto, que recebeu emenda de Luiz Henrique (PMDB-SC), determina-se que os candidatos à reeleição no Poder Executivo deixem os cargos três meses antes do pleito.

— A intenção de Ana Amélia é boa, moralizadora e iguala todos os candidatos — declarou Valadares na reunião da CCJ.

Na comissão, a análise da PEC 48 envolveu o debate

sobre a possibilidade do fim da reeleição. Vários senadores se mostraram favoráveis à mudança.

Relator das três PECs, Luiz Henrique ainda não elaborou parecer sobre a proposta de Valadares. Mas, depois de examinar a PEC de Jucá, decidiu apresentar um substitutivo que inclui o fim da reeleição.

O senador por Santa Catarina mantém a ideia de unificar o calendário eleitoral, mas acrescenta a mudança do tempo de mandato, dos atuais quatro anos, na maioria dos cargos, para seis anos. Ele quer incluir esse texto na pauta de votações da CCJ.

Depois de passar pela comissão, a PEC de Ana Amélia seguiu ao Plenário. Se aprovada, irá para a Câmara. É o mesmo caminho que as outras duas PECs terão de percorrer.

Encontro discutirá atuação de ouvidorias públicas e privadas

A Controladoria-Geral da União (CGU) fará, de 18 a 20 de março, o Fórum de Ouvidorias Públicas e Privadas, com a participação de ouvidores, servidores, acadêmicos e organizações da sociedade civil.

Lúcia Vânia (PSDB-GO), ouvidora-geral do Senado, participará de debate, no dia 20, sobre o tema “Desafios e perspectivas para a proposição de projeto de lei sobre ouvidorias”. Também está prevista a presença à mesa de Paulo Paim (PT-RS).

O fórum deve reunir 300 participantes, entre representantes de ouvidorias públicas



Ouvidora-geral do Senado, Lúcia Vânia debaterá um projeto de lei

e privadas. Além de planejar o projeto para regulamentar a atividade de ouvidor, serão discutidas a proteção ao denunciante, a Lei de Acesso à Informação e a mediação entre ouvidorias e cidadãos.

Senado prepara Fórum Nacional de Infraestrutura para os dias 27 e 28

Nos dias 27 e 28 de março, a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) discutirá com especialistas desafios como a necessidade de recursos humanos e as interações entre as políticas públicas e os gargalos da infraestrutura.

Devem integrar o 1º Fórum Nacional de Infraestrutura, além dos membros da CI e especialistas, parlamentares e consultores. De acordo com o presidente da CI, Fernando Collor (PTB-AL), os participantes serão escolhidos, de preferência, dentre os palestrantes dos ciclos de audiências realizadas em 2013 pela comissão. O objetivo é agregar os estudos já feitos



Presidente da comissão, Collor pretende fazer o fórum anualmente

pela CI nos últimos anos e buscar inseri-los nas agendas das políticas econômicas, sociais e de desenvolvimento. Collor informou que o fórum será realizado anualmente, sempre no início dos trabalhos da comissão.

Segurança pública será tema de sessão especial

O presidente do Senado, Renan Calheiros, marcou para 26 de março a realização da primeira sessão temática deste ano.

Segundo Renan, por decisão dos presidentes das comissões e dos líderes partidários, o tema será segurança pública. Relator de uma comissão especial que trata do assunto, Pedro Taques (PDT-MT, foto) lembrou que no ano passado foram registrados mais de 52 mil homicídios e 53 mil estupros. O senador sugeriu que sejam convidadas para a sessão temática no Plenário diversas autoridades.

— Buscaremos trazer o procurador-geral da República, o ministro da Justiça e o presidente do Supremo para que possamos discutir esse problema que atormenta a sociedade brasileira — disse Taques.

A Comissão Especial de Segurança Pública está analisando cerca de 60 projetos que já estão em discussão no Senado.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Audiência vai avaliar regulação da maconha

Paulo Paim (PT-RS) sugeriu que a Comissão de Direitos Humanos (CDH) promova uma audiência pública para discutir a regulamentação do uso recreativo, medicinal ou industrial da maconha. O objetivo é estimular um debate mais amplo sobre a questão da droga na visão dos direitos humanos.

No Portal e-Cidadania (www.senado.leg.br/ecidadania), o tema recebeu mais de 20 mil manifestações de apoio. O projeto ainda não foi apresentado, mas terá Cristovam Buarque (PDT-DF) como relator. Ele afirmou que vai promover vários debates, inclusive nas redes sociais. Mas Paim acredita que apenas especialistas poderão esclarecer os reais impactos da legalização da droga na sociedade.

— É um tema polêmico, complexo. Então nada melhor do que uma audiência pública para chamar especialistas, uns que são contra e outros que são a favor da legalização — disse Paim.

Entre os convidados, estarão o secretário nacional de Políticas Públicas sobre Drogas do Ministério da Justiça, Vitore Maximiano, e o secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, Fernando Grella Vieira.

Ministra debaterá guarda internacional de crianças

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) promoverá audiência pública conjunta com a Comissão de Relações Exteriores para discutir o drama de mães brasileiras que buscam recuperar a guarda de filhos levados pelos ex-cônjuges para o exterior. A ministra Maria do Rosário, da Secretaria de Direitos Humanos, vai participar da audiência, prevista para março. Eduardo Suplicy (PT-SP), autor do pedido, lembrou que o assunto é grave e já foi tratado pela CDH.

Outra audiência já aprovada é a que trata da situação de trabalho dos motoristas profissionais e da segurança nas estradas. O autor do pedido é Paulo Paim (PT-RS). O senador lembrou que, apesar da aprovação da lei que regula o trabalho dos motoristas, o número de acidentes continua alto. A audiência pública, marcada para 10 de março, vai reunir representantes dos trabalhadores, do Ministério do Trabalho e do Judiciário.



Pedro França/Agência Senado

Vigia autônomo pode ter profissão regulamentada

Está pronto para votação final na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) projeto (PLS 302/2012) que regulamenta a profissão de vigia autônomo.

A proposta, de Jayme Campos (DEM-MT, foto) recebeu voto favorável do relator, Cyro Miranda (PSDB-GO). Se aprovado, o texto segue direto para a Câmara, sem precisar ir a Plenário.

Pela proposta, o vigia autônomo precisará ter registro nos órgãos oficiais de segurança pública dos estados. O objetivo é retirar da informalidade mais de 1,5 milhão de trabalhadores. Jayme argumenta que, embora a profissão de vigilante esteja regulamentada há quase 30 anos, os vigias autônomos, não vinculados a empresas de segurança patrimonial, comercial ou bancária, permanecem na informalidade.

Cyro apresentou emenda para diminuir a idade mínima para exercer a profissão de 21 para 18 anos e para retirar o artigo que determinava a aplicação das leis trabalhista e previdenciária.



Gerardo Magela/Agência Senado

Investimento em *start-up* pode ter dedução no IR

Objetivo do projeto é aumentar as chances de sucesso das empresas brasileiras inovadoras, com alto potencial de crescimento e geralmente criadas por jovens

PARA APOIAR O desenvolvimento das chamadas *start-ups* — empresas inovadoras, com alto potencial de crescimento e geralmente criadas por jovens —, começou a tramitar no Senado projeto que permite dedução, no Imposto de Renda Pessoa Física, dos valores investidos.

Com o projeto (PLS 54/2014), José Agripino (DEM-RN) quer aumentar a competitividade e as chances de sucesso das *start-ups* brasileiras. Ele propõe que a dedução seja limitada a 20% do valor integralizado, que não poderá ultrapassar R\$ 80 mil por ano-calendário, considerando todos os

investimentos, ainda que a participação envolva mais de uma *start-up*.

Pelo projeto, o investidor deverá ser sócio investidor ou sócio cotista da empresa, não podendo atuar como gerente, diretor ou administrador, nem ser acionista majoritário. Os valores deverão permanecer por pelo menos três anos na *start-up*, que deverá ser selecionada pelo Ministério do Desenvolvimento.

Anjos

Na justificativa da proposta, Agripino lembra que Facebook e Yahoo surgiram como *start-ups* “graças à conjugação de boas ideias com o capital

fornecido pelos chamados investidores-anjos”.

O senador argumenta que os investimentos em *start-ups* beneficiam a economia do país como um todo, pois resultam na geração de empregos qualificados e aumento na arrecadação de tributos. Apesar disso, diz ele, o valor do investimento nessas empresas no Brasil equivale a 1,2% do americano.

Agripino conta que diversos países têm criado incentivos para esses investidores. Inglaterra e Canadá, por exemplo, dão isenção do imposto sobre o ganho de capital do investidor.

Apesar de o Ministério da Ciência e Tecnologia ter programa de incentivo às *start-ups*, Agripino diz que ainda não há no país estímulo ao investidor, o que motivou a apresentação do projeto.

O texto começou a tramitar na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) e depois vai para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).



Start-up em Portugal: ideia é fortalecer iniciativas do tipo no Brasil

Cristovam quer plebiscito sobre educação

Proposta de Cristovam Buarque (PDT-DF) determina que os eleitores brasileiros respondam em plebiscito à seguinte questão: “A educação básica pública e gratuita deve passar a ser da responsabilidade do governo federal?” (PDS 460/2013).

A consulta pública seria feita no primeiro turno das eleições deste ano, em 5 de outubro. A federalização da

educação básica transfere para a União os gastos e investimentos em creches e escolas públicas do ensino fundamental e



Cristovam Buarque defende a federalização do ensino básico

médio, inclusive o salário dos professores.

A proposta de Cristovam tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), com apoio do relator, Pedro Taques (PDT-MT).

Se o texto for aprovado, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) deverá organizar o plebiscito e garantir propaganda gratuita no rádio e na TV das campanhas a favor ou contra a federalização.

Projeto obriga teste em recém-nascidos

As maternidades podem ser obrigadas a fazer o teste da linguinha nos recém-nascidos. O projeto (PLC 113/2013) está pronto para ser votado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Se aprovada, a proposta segue para o Plenário.

O objetivo é o diagnóstico precoce da anquiloglossia ou anciloglossia, mais conhecida como língua presa. O problema causa dificuldades na

sucção, na deglutição, na mastigação e na fala.

O relator, Eduardo Amorim (PSC-SE), ressalta o prejuízo que a



Relator do projeto, Amorim indica a aprovação do texto

doença pode causar nos primeiros meses de vida, já que afeta a amamentação. Depois, lembra ele, o distúrbio da fala ou da pronúncia pode interferir nas atividades escolares, sociais e familiares.

De acordo com o relator, o tratamento cirúrgico da anquiloglossia, quando indicado, é simples, rápido e pode ser feito com anestesia local durante a permanência do bebê no hospital.

ACONTECEU NO SENADO

Aprovado texto que dificulta fechamento de escolas rurais

Medida alcança escolas indígenas e quilombolas, que atendem 151 mil alunos

Os senadores aprovaram na quarta-feira passada o projeto que estabelece critérios para o fechamento de escolas rurais, indígenas e quilombolas (PLC 98/2013). A proposta prevê que, para que uma escola dessas áreas seja fechada, o órgão normativo do sistema de ensino deve ser consultado. O PLC 98/2013, do Executivo, segue para sanção.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que a proposta veio em muito boa hora, pois dificulta o fechamento das escolas rurais e as voltadas aos índios e aos quilombolas, que atendem atualmente 151 mil alunos. Segundo o Ministério da Educação, nos últimos cinco anos foram fechadas 13 mil escolas na zona rural, o que gerou transtorno às populações.

Funcionam como



Nos últimos cinco anos, foram fechadas 13 mil escolas rurais no país

órgãos normativos na área educacional, por exemplo, os conselhos municipais de Educação, com representantes dos gestores e de toda comunidade escolar.

Fies

O Plenário aprovou, na terça-feira da semana passada, a Medida Provisória (MP) 626/2013, que abriu crédito extraordinário de R\$ 2,53 bilhões para o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Aprovada sem alterações, em vota-

ção simbólica, a matéria vai à promulgação.

O governo alegou ainda que nos últimos três anos houve um crescimento exponencial na demanda pelo Fies, devido à redução da taxa de juros praticada no financiamento, à ampliação dos prazos de carência e de pagamento e à criação do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (Fgeduc), que dispensa a exigência de fiador para estudantes de menor renda.

SENADO DEFINE PROPOSTAS PRIORITÁRIAS E ESFORÇO CONCENTRADO

Na terça-feira da semana passada, o presidente do Senado, Renan Calheiros, líderes partidários e presidentes de comissões definiram um planejamento para as votações do semestre, apresentando projetos prioritários e assuntos a serem debatidos.

Os projetos a serem votados com prioridade no Plenário incluem a redução dos encargos das dívidas de estados e municípios com a União (PLC 99/2013), a PEC do Trabalho Escravo (PEC 57-A/1999) e projeto do novo Código Penal (PLS 236/2012).

O planejamento de votações estabelece a realização de períodos de esforço concentrado, com o primeiro previsto para junho, mês da Copa do Mundo. A primeira sessão temática, em 26 de março, vai discutir segurança pública.

SENADORES LEMBRAM CARÁTER PACÍFICO DAS DIRETAS JÁ

A campanha Diretas Já, que levou milhões às ruas do país em 1984, foi tema de homenagem no Plenário do Senado na segunda-feira da semana passada. Trinta anos depois, os participantes da sessão ressaltaram o caráter pacífico das manifestações da época.

A iniciativa da sessão foi de Alvaro Dias (PSDB-PR), que atuou como um dos organizadores do primeiro comício da campanha, em Curitiba, que reuniu 50 mil pessoas.

SESSÃO SOLENE HOMENAGEIA 20 ANOS DO PLANO REAL



Fernando Henrique recebeu homenagens no Senado

O Congresso celebrou na terça-feira da semana passada os 20 anos do Plano Real. Grande homenagem na sessão, o ex-presidente Fernando Henrique, ministro da Fazenda à época da criação do plano, afirmou que a paralisação das reformas — especialmente a política — cobra o preço pela ineficiência da máquina pública.

COMANDANTE FALA SOBRE AQUISIÇÃO DE CAÇAS SUECOS

A montagem dos caças Gripen NG, escolhidos pelo governo para reequipar a Força Aérea Brasileira, levará à criação de 2 mil empregos diretos no país, além de 22 mil empregos indiretos. Os números foram apresentados pelo comandante da Aeronáutica, tenente-brigadeiro do ar Juniti Saito, aos integrantes da Comissão de Relações Exteriores (CRE) durante audiência realizada na quinta-feira por iniciativa do senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES).